



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2011

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO
DE 2011: -----**

----- Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, secretariado pela 2ª secretária Sr.ª Sara Raquel Fresco. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Maria Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.ª Maria Fernanda da Costa Baptista, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheiro, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Pinho. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e a ausência anteriormente referidas. -----

----- **O Sr. Secretário Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa, deu início à sessão e pediu uma conferência de líderes, antes do começo da sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Após a conferência de líderes e em nome da mesa, informou a Assembleia que tinham decidido analisar a proposta de distribuição dos tempos, juntamente com os membros no grupo parlamentar e, até ao final de Outubro, cada grupo iria apresentar as suas propostas de revisão, para que, na próxima assembleia, pudessem estar em condições de votar uma regulamentação definitiva. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** alertou para que todos os deputados na próxima Assembleia Municipal trouxessem uma fotografia de busto. -----

----- Reportou-se ainda à entrega de um postal (para todos os deputados) referente à “*Jornada Mundial do Trabalho Digno*”. Informou também que tinham recebido do grupo parlamentar os “Os Verdes” um pedido dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mira para que atribuisse uma nota aos deputados, pois o grupo parlamentar havia feito algumas questões relativas à pesca, remetidas ao Sr. Presidente da Assembleia da República e por sua vez, ao Governo. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----- O **Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, colocando à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2011. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e disse que na página 24, quando se reportou ao assunto do *outsourcing*, na transcrição que lhe era atribuída referente à sua



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção, falava-se em “receita” mas quando interveio a sua pretensão era dizer “despesa”, pedindo essa correcção.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que questionou se junto com a acta (em anexo) ficava sempre o registo áudio da gravação.-----

----- Autorizada a intervir e para responder à questão técnica levantada pelo Sr. deputado José Garrucho, usou da palavra a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, **Dr.ª Carmen Santos**, que explicou que o procedimento de gravação das actas não era obrigatório por Lei, faziam-no por cautela e memória futura. Relativamente ao registo áudio anexo à acta, informou que isso não se verificava, o que ficava anexo eram todos os documentos que faziam parte e fundamentavam as deliberações. Informou ainda que o registo áudio ficava no disco do computador.-----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** pediu aos serviços que mantivessem a gravação, no mínimo o período de vigência da Assembleia, sem apagar o registo áudio.-----

----- Interveio o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** e propôs à Assembleia, embora não fosse uma obrigação legal, a manutenção ou o anexar do registo áudio às actas, sendo que era um procedimento importante, para constituição de memória futura.-----

----- Seguiu-se o **Sr. Secretário Calisto Coquim** que informou que a mesa aceitava como proposta o sugerido pelo Sr. deputado.-----

----- Não havendo mais alterações, a acta foi colocada à aprovação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 4 abstenção dos Srs. deputados Conceição Oliveira e José Frade por não terem estado presentes na sessão da Assembleia Municipal e ainda dos Srs. deputados José Balugas e Gabriel Pinho.-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** e disse que a sua abstenção se prendia com o facto de não se rever naquilo que estava relatado na acta, respeitante às suas intervenções. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Os trabalhos prosseguiram, presididos pelo Sr. Secretário Calisto Coquim, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- No uso da palavra interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que solicitou a alteração da ordem de trabalhos, por motivos de ordem pessoal. A sua pretensão era que iniciassem os trabalhos pelo “período da “ordem do dia”” iniciando-se pelo ponto 2 da ordem de trabalhos.-----

----- Questionou ainda se tinha dado entrada no expediente, para o Presidente da Mesa da Assembleia, uma carta da Assembleia de Freguesia dos Carapelhos ou um texto aprovado pela mesma. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim**, questionou os serviços acerca da legalidade da troca dos pontos solicitados pelo Sr. deputado José Frade. -----

----- Sendo que a Assembleia era soberana, colocou à votação a troca dos pontos, caso se verificasse (2/4 ou 3/3), alterariam a sequência da ordem de trabalhos. -----

----- O Sr. secretário Calisto Coquim colocou à votação do plenário, se aceitavam a troca da ordem de trabalhos, passando o ponto 2 da “*ordem do dia*” para antes do “*período antes da ordem do dia*””. -----

----- O requerimento **não foi aceite**, com 13 votos contra do PS e 11 votos a favor (2 do MAR e 9 do PSD)-----

----- Prosseguindo a ordem de trabalhos, o Sr. Secretário Calisto Coquim informou o Sr. deputado José Frade de que na correspondência dirigida ao Presidente da Assembleia



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, não tinha nada que tivesse sido enviado pela Assembleia de Freguesia dos Carapelhos. -----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. deputado José Balugas (MAR)**, que começou por se reportar aos bungalows e disse que qualquer dia os mesmos estariam deteriorados e que já não poderiam ser alugados.-----

----- Questionou ainda se, relativamente aos bungalows, existiriam mais alguns problemas. -----

----- Relativamente ao saneamento, interrogou se era ou não verdade que algumas empresas tinham abandonado o Concelho por falta de pagamentos. -----

----- Abordou também o assunto das obras na escola da Praia de Mira, considerando que deveriam ter decorrido noutra altura, evitando que as crianças estivessem a ter aulas num antigo armazém, apesar de lavado e com condições. -----

----- Pediu esclarecimentos quanto às obras na avenida junto ao mar. Quanto à Ponte da Videira, e dado que esteve o verão todo encerrada, pediu que houvesse mais ponderação na transmissão de informação, pois ter-lhe-iam dito que seria uma situação que seria solucionada brevemente.-----

----- Por último agradeceu a inauguração do Clube Náutico. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que relativamente à Ponte da Videira, disse subscrever inteiramente as palavras do Sr. deputado José Balugas: era uma preocupação e ressaltou também a inércia da Câmara Municipal.-----

----- Reportando-se às obras dos sanitários, disse que tinha sido informado pelo Sr. Vereador Miguel Grego que se tratava de uma obra da Câmara Municipal, que não estava relacionada com o programa POLIS. Proferiu que a calendarização da obra já tinha sido discutida por ele e mais uma vez se verificava que tinham passado a época balnear com o estaleiro montado.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comparou a demora da construção dos sanitários com a eternização das obras da carreira de tiro. -----

----- Quanto aos espaços públicos, nomeadamente pista pedonal e viveiros, considerou que merecia uma intervenção urgente e questionou a Câmara Municipal quanto ao que tinha feito nesse sentido. No caso concreto dos Viveiros sabia que havia outras entidades envolvidas e questionou que diligências haviam sido feitas. Quanto à pista pedonal considerou a situação mais grave e que a mesma estava num estado degradado. -----

----- Questionou ainda que intervenções estavam previstas para o Bairro do Norte e para o Poço da Cruz, designadamente quanto ao avanço do mar para as Dunas. -----

----- Pediu informação quanto à lotação do Parque de Campismo, pois as receitas tinham sido um pouco aquém do que estava estimado, no entanto tinha verificado que algumas vezes tinha sido fixada a placa com a informação “esgotado”. -----

----- Alertou para a falta de cuidado com os espaços públicos: rotundas e jardins municipais -----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado Carlos Milheirão (PS)** que começou por lembrar, quanto à ponte de madeira da Praia de Mira, que na última Assembleia tinha feito um apelo à Câmara Municipal e aos técnicos para que a mesma tivesse sido reparada antes da época balnear. Disse que estava atento à situação. -----

----- Quanto às escolas da Praia de Mira, disse ser constantemente abordado pelos pais. Informou que as crianças até gostavam do espaço, talvez por ser novo. -----

----- Falou acerca de uma notícia que tinha saído no Jornal Regional em que dizia que a empresa “Haut de Gamme” iria fazer um hotel de cinco estrelas na Praia da Tocha e que através de um contrato paralelo com a Pescanova, os quadros directivos da unidade de Mira iriam



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ocupar 50% da capacidade do Hotel durante todo o ano, no entanto que fosse do seu conhecimento, aos quadros directivos da Pescanova pertencia só uma pessoa. -----

----- Pediu esclarecimentos acerca das restrições e/ou alargamentos dos horários dos bares. -----

----- No sentido de responder às questões anteriormente colocadas, usou da palavra o **Sr.**

Vereador Dr. Manuel Martins, em representação do Executivo. -----

----- Começou por informar que a ausência do Sr. Presidente da Câmara na sessão da Assembleia se devia ao facto de ter sido sujeito a uma intervenção cirúrgica a um joelho, encontrando-se em convalescença. -----

----- Reportou-se aos bungalows, informou que estava em construção o edifício de apoio aos mesmos, na parte de aquecimento, parte eléctrica, saneamento e por isso é que não estavam activos. -----

----- Relativamente ao saneamento, referiu não saber qual a intenção da pergunta, qual o sítio concreto a que se referia. Disse que havia a suspensão de uns trabalhos, que a empresa ainda há pouco tempo tinha recebido um cheque. Reforçou que não tinha conhecimento de que alguma empresa tivesse acabado ou desistido por falta de pagamento. Tinham tido sim, alguns abandonos mas derivados a falência das próprias empresas, como tinha acontecido no Areal e na Videira. -----

----- Reportando-se ao Sr. deputado Carlos Milheirão e à questão das restrições de horários, explicou que, após várias queixas e vários avisos às entidades em causa, o ruído mesmo assim ia-se prolongando, até que pediram mesmo medição do ruído e o ruído de incomodidade estava superior ao que era legal. Disse que a restrição que houve não foi ao horário, mas sim ao alargamento que lhes tinha sido concedido. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, que começou por se reportar à questão do saneamento, reiterando as palavras do Sr. Vereador Dr. Manuel Martins, informou que em termos de saneamento nenhuma empresa tinha abandonado o Concelho por falta de pagamento da Câmara. -----

----- Quanto aos bungalows, o problema era a casa das máquinas que não estava pronta, por inércia da empresa e dos serviços da Câmara que deviam ter sido mais actuates na fiscalização que fizeram a essa mesma empresa. Relativamente à escola da Praia, quis esclarecer alguns equívocos, pois, primeiro a escola não estava no armazém da cooperativa, mas sim no espaço do supermercado, que tinha levado melhorias e tinha condições de higiene e sanitárias para ser supermercado e vender bens de consumo de alimentação pública. Informou que as obras não iriam demorar 24 meses, iam sim demorar 5 meses. Os serviços técnicos poderiam não ser os melhores do mundo, mas não sabia como é que se fazia uma obra na casa dos 300.000,00€ em que se coloca pavimentos e coberturas em menos de 5 meses. Aquilo que estava previsto ser feito, era em dois períodos lectivos e pediram a compreensão dos técnicos para verem a melhor maneira para fazer as obras no menor e mais curto espaço de tempo, para causar o menor incómodo às crianças (mas parecia que estava a causar era aos pais), porque se os Srs. deputados fossem à escola e perguntassem a opinião às crianças, perceberiam que não estavam insatisfeitas. -----

----- A realidade da escola que tinha não era a perfeita nem a desejável, mas era o possível na Praia de Mira. Informou que a escola tinha feito reuniões com pais mas, lamentavelmente, ele não tinha sido convidado a estar presente. A associação de pais fez igualmente reuniões com os pais, mas não foi também convidado. Informou que tinham contactado a Casa da Sagrada Família, na Praia de Mira e pediram à Câmara 4.500€ pelo aluguer de salas, ou melhor por



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

corredores, e os próprios professores não aceitavam as condições. Contactada a “Casa da Infância Doutor Elísio de Moura”, pediram um valor similar só para o primeiro ciclo. Tinham pensado na Incubadora, mas trazia muito transtorno com os transportes e daí criaram a situação actual, que não era a ideal mas era só para 3 meses, para um período escolar. Explicou que a obra tinha sido adjudicada em finais de Julho porque tinha sido tudo planeado para terminar a escola e logo de imediato começar as obras. Havia um cronograma de trabalhos, a empresa inicialmente tinha-se atrasado, mas não iriam prorrogar o prazo. -----

----- Relativamente aos custos, informou que a casa do Gaiato disse o seguinte para instalar o Jardim de Infância: *“as crianças da Praia de Mira precisam de um tecto? A nossa “obra” é para apoiar quem não tem tecto, vão para lá gratuitamente...”*.-----

----- Relativamente às escolas, informou que todas as condições higio-sanitárias tinham sido acauteladas. Não eram as condições óptimas nem as desejáveis, mas eram claramente as possíveis e bem melhores que aquelas onde estiveram outras escolas do Concelho, recordando as crianças de Carromeu e Casal de S.Tomé. -----

----- Para terminar, reportou-se à Ponte da Videira e disse que nunca, em momento algum, tinha dito que eram obras pequenas e simples, pois tinham sido fracturados os quatro pilares da ponte. No momento já tinha sido adquirida a madeira e já estava para ser entregue. -----

----- Quanto ao Parque de Campismo, explicou que o que esteve “esgotado” tinha sido a tipologia, porque o que lá dizia era *“alvéolos esgotados nos dias 13, 14 e 15”*, nos restantes havia vagas. -----

----- Relativamente aos Viveiros, disse que não iria repetir o discurso que tinha feito ao Sr. deputado José Balugas, porque parecia que não tinha sido entendido. Informou que, no momento, o Sr. Vereador Saul Rico estava em Santarém, com o Sr. Secretário de Estado das



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Florestas que tutelava aquela área, a entregar um dossier do Município, na inauguração da *LusoFlora*, onde uma vez mais reivindicavam a posse dos Viveiros. -----

----- Prosseguindo, usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, reportando-se ao Sr. Vereador Miguel Grego (lamentou que o Sr. Vereador se tivesse ausentado por momentos para ir entregar os diplomas de mérito aos alunos do Secundário) dizendo que não eram os deputados que inventavam as ondas de descontentamento, mas naturalmente que havia razão que assistiria ao Executivo. Disse que havia seguramente coisas menos bem-feitas que faziam com que o descontentamento aparecesse, qualquer alteração provocava incómodos nas pessoas e era preciso explicar as coisas. Às vezes as coisas até eram feitas com boa intenção, até estavam bem planeadas mas não eram suficientemente explicadas, era preciso explicar, ter a paciência pedagógica de chegar às pessoas e explicar e, muitas vezes, uma só vez não chega. Era preciso perceber que os processos de informação e de comunicação e educação eram morosos, não bastava dizer uma vez para ficar assimilado. Os membros do Executivo deviam levar isso em atenção e os deputados não faziam mais do que reflectir um pouco do que ouviam lá fora. -----

----- A propósito das obras de saneamento disse não saber se as obras tinham sido abandonadas ou não, por falta de pagamento, mas era facto que essa informação é que “corria na rua”. Questionou também porque é que o saneamento não avançava mais rapidamente. -----

----- Quanto ao funcionamento dos bares, questionou o Executivo sobre quais os critérios existentes para a atribuição de licenças até tempos tão tardios que destruíam a personalidade da juventude, como se o dia se prolongasse e a noite deixasse de existir. -----

----- Por último reportou-se aos quadros de honra e excelência, disse ter pena que o Ministério da Educação tivesse tomado a decisão tão tempestiva de não entregar os prémios pecuniários de que se tinha comprometido. Tinha pena que isso tivesse acontecido e não tenha permitido nas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunidades locais arranjar uma alternativa, pois se não premiavam a honra e o mérito, iam premiar o quê? -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** onde passou a ler o texto que a seguir se transcreve:-----

----- “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. deputados. -----

----- Mais uma vez venho nesta Assembleia denunciar a falta de resposta pela Câmara Municipal aos ofícios enviados pela Junta de Freguesia à mesma. Acho que no fim de tantas reclamações nesta Assembleia, pelo mesmo motivo, já era tempo de ter mais respeito por quem se digna informar das anomalias da nossa freguesia. -----

----- Nomeadamente um ofício a informar que a D. Aurora Miranda, está na disposição de doar à Câmara Municipal terreno para alargamento da rua que liga a Rua Nova à Rua Principal, em Corticeiro de Baixo, para desfazer aquela perigosa curva que tantos acidentes lá tem dado. -----

----- Outro ofício é o pedido de máquinas para destroço das silvas e as canas dos nossos caminhos, pois não dispomos de máquinas para tal. -----

----- Outro ofício é um pedido que, já tem barbas e promessas, de retirar a água em frente ao posto médico de Carapelhos, que em dias de chuva faz uma praia que não se pode lá entrar, tendo sido uma anomalia dos técnicos da Câmara.-----

----- Outro ofício diz respeito a um pedido de autorização para retirar a água em frente à sede da confraria, onde a junta se propõe a fazer todo o trabalho pedindo apenas autorização e o referido tubo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *E falando em promessas, o Sr. Vereador Saul Rico prometeu por escrito ao Sr. João Marques e Irmãos a colocação de manilhas na rua Dr. Manuel Rosete e até hoje não houve resposta, eles que são emigrantes no Canadá continuam a bater à porta da Junta a perguntar para quando o referido trabalho.* -----

----- *Informamos que temos mantido a limpeza nas valetas da freguesia, competência que é da Câmara Municipal, e estamos quase no final do ano e ainda não se falou em protocolar tal competência. Eu pergunto se são as juntas com os seus pequenos recursos que têm que fazer aquilo que compete à Câmara. Acho que não devia ser assim, pois não é a junta que recebe verba para tal fim.* -----

----- *Mais uma vez tenho a lamentar não haver resposta aos nossos ofícios, uma vez que é em prol da população do nosso Concelho.*” -----

----- O Sr. deputado informou que houve uma carta enviada pela Assembleia de Freguesia de Carapelhos para a Assembleia Municipal, tinham perguntado por ela e não tinha chegado. -----

----- Por último disse estar muito satisfeito com o facto de nenhuma Junta de Freguesia ter acabado no Concelho de Mira. Disse também que a Junta de Freguesia dos Carapelhos estava aberta às outras Juntas de Freguesias, até dia 30 de Novembro, para fazerem uma rectificação às áreas. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** começando por congratular o Executivo pela inauguração do Clube Náutico, pela forma como decorreu a Festa de S. Tomé e a Mostra Gastronómica e a Animação da Época Balnear. -----

----- Falou acerca da Televisão Digital Terrestre (TDT) que, não sendo responsabilidade da Câmara, era um alerta para toda a Assembleia, pois passava a ideia que só a partir do próximo semestre é que entrava em vigor, mas o que realmente acontecia nessa altura era que seria



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desligada a analógica, pois a TDT no momento já estava em funcionamento. Alertou que Mira, no site da entidade proponente da TDT tinha cobertura parcial, temia que a partir do momento em que se desligasse o sinal analógico e, dado que as pessoas ainda não estavam minimamente preocupadas com isso, que assim que começassem a surgir os problemas que viessem à Câmara tentar encontrar respostas e soluções. -----

----- Alertou a Câmara para que se preparassem para poder esclarecer a população. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** em representação do Executivo. Reportou-se ao Sr. deputado José Garrucho, que quanto ao descontentamento, sempre que havia obras, pó, barulhos, havia sempre descontentamento. Era evidente que o poder político tinha que estar próximo das populações, que existiam coisas mal feitas e outras bem feitas, mas que pior que isso era não fazer nada. Relativamente ao saneamento disse que obras interrompidas era uma situação, mas que por falta de pagamento não tinham conhecimento. -----

----- Relativamente ao funcionamento dos bares, explicou que havia um regulamento, que no seu primeiro mandato tinham havido várias reuniões com os proprietários dos bares e restauração, onde tinha sido estudado e aprovado um regulamento posteriormente pelos órgãos competentes, onde estava contemplado o período de funcionamento normal e a prorrogação e redução do horário se assim fosse entendido. Disse concordar em algumas opiniões com o Sr. deputado, mas os horários dos estabelecimentos estavam regulamentados. -----

----- Seguiu a sua intervenção, reportando-se ao Sr. deputado Gabriel Pinho. Quanto às referidas “faltas de resposta”, disse que das que tinha conhecimento, no caso do Centro de Saúde, tinha havido numa primeira fase a tentativa de resolver o problema fazendo uma drenagem, mas pelos visto não tinha trazido resultados. Solicitou aos serviços e ao Eng. Rui Silva, chefe de divisão,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não deixasse passar outro Inverno sem fazer a obra, porque aquela situação mexia também com todas as pessoas que tinham que se dirigir ao Centro de Saúde.-----

----- Relativamente à cedência de um terreno e construção de uns muros nesse mesmo terreno, disse que só tinha conhecimento disso através de conversa telefónica. -----

----- Reportou-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado Paulo Grego, relativamente à mostra gastronómica, aproveitou e agradeceu todos os apoios que foram dados. Considerou que o evento, de uma forma geral, tinha corrido bem. A Câmara Municipal vinha a fazer grandes esforços para melhorar progressivamente a Mostra Gastronómica. Agradeceu ao Viveiros da Quinta, à Junta de Freguesia da Praia, à Aveirotel, aos cafés Delta, que tinham ajudado na realização da mesma. -----

----- Quanto à TDT, informou que o Eng. Rui Silva, chefe de divisão, tinha estabelecido contacto com a TDT e posteriormente iria tecer mais alguns esclarecimentos.-----

----- Quanto aos passeios do percurso pedonal disse concordar que havia algumas zonas menos boas. Informou que tinham feito um grande esforço para que todas as pontes pedonais levassem novo tabuado, no entanto havia zonas que não estavam muito bem e deviam ser reparadas.-----

----- Relativamente ao avanço do mar na zona norte, informou que o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Junta e a ARH, em finais de Julho, tinham chegado a um entendimento e existia um estudo para que até aos finais de Agosto houvesse actuação da parte governamental em relação ao Bairro Norte. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Eng. Rui Silva** que informou que tinha falado com o técnico da televisão digital terrestre e o mesmo ter-lhe-ia confirmado que o sinal em Mira ainda era parcial e que essa situação seria totalmente resolvida aquando da passagem da televisão analógica para a televisão digital. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Eng. Rui Silva** prosseguiu a sua intervenção e, relativamente às casas de banho, informou que tinha havido um atraso, consequência de um problema de uma dívida que o empreiteiro tinha com as Finanças. Com essa dívida a Câmara não lhe poderia pagar nada da obra enquanto não tivesse essa situação resolvida. O empreiteiro acabou por ter que parar a obra, porque demorou mais algum tempo a resolver a questão com as Finanças, a situação tinha ficado resolvida nessa semana, o empreiteiro já tinha ido entregar o documento das Finanças em que comprovava que estava tudo regularizado, garantindo que iria proceder à conclusão da obra e a Câmara Municipal também já lhe poderia pagar.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** que pediu um esclarecimento e disse que a questão que tinha colocado era para saber a razão pela qual, e sabendo a Câmara já em Janeiro que iria ter que iniciar as obras na escola, é que só as iniciaram no final do Verão. ---

----- Seguidamente interveio o **Sr. deputado Ricardo Costa (PSD)** que começou por lembrar que na última Assembleia tinha alertado para o estado do areal na Praia de Mira, em especial o lado Norte do Paredão que estava lamentável. Tinha passado o Verão inteiro e não tinha havido uma única intervenção de limpeza. Informou que já no ano passado tinha feito um alerta nesse mesmo sentido. -----

----- Reportou-se seguidamente ao saneamento em Carromeu (no sentido de Carromeu de Baixo para o Casal de S. Tomé), questionou se não havia a possibilidade de colocar um tapete, mesmo que mais fraco, só para evitar algum pó e para tentar evitar que se fosse formando “vala”. Relativamente a Carromeu de Cima, disse que já ia em mais de um ano que o saneamento tinha sido feito em algumas partes e era de lamentar que também não tivesse sido aplicado tapete, mesmo que mais fraco. Na EN109, disse que mesmo antes das intervenções de saneamento já lá existiam passeios, questionando para quando os passeios nessa zona. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para terminar, questionou o Executivo acerca do Campo de Tiro, o porquê de estar parado e também questionou quanto ao ponto de situação e o que iria ser a “casa” onde funcionou a antiga Escola Primária de Mira. -----

----- A **Sr. deputada Vera Manco (PS)**, interveio e começou por falar do início do ano lectivo no Concelho de Mira, uma vez que a nível nacional, se tinha ouvido nos noticiários algumas notícias preocupantes relativas a cortes financeiros, falta de auxiliares e professores nas escolas, falta de apoios aos alunos mais carenciados, entre outros problemas. Gostaria de saber como tinha decorrido o arranque do ano lectivo no Concelho, nomeadamente se os alunos carenciados iriam continuar a ter os apoios económicos, se o ano lectivo tinha iniciado com o número de professores suficientes e se o número de auxiliares que existia no Concelho era adequado para garantir o bom funcionamento das escolas e os apoios à família. Relativamente às AEC’S questionou se as mesmas já se tinham iniciado e se o arranque tinha corrido bem. Questionou ainda se a Câmara Municipal de Mira continuava a fornecer os transportes às crianças do Concelho, se o regime de refeições estava a correr bem e se a comida servida às crianças era do seu agrado. Questionou se o regime de fruta escolar, iniciado no ano lectivo anterior, continuaria este ano. -----

----- Para responder às questões dos Srs. deputados, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, em representação do executivo. -----

----- Começou por responder ao Sr. deputado José Balugas, informando que a escola só tinha sido liberta dos alunos e professores em Julho, depois tinha havido a consignação da obra e só a partir daí é que se iniciaram os trabalhos. Existiam *timings* que tinham que ser cumpridos e muitas vezes as coisas não eram como se pretendia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à intervenção do Sr. deputado Ricardo Costa, quanto ao areal na zona do paredão, julgava que a zona à qual se estaria a referir não era uma zona concessionada, mesmo assim, informou que tinha havido pessoas a fazer limpeza fora das zonas concessionadas. -----

----- Relativamente ao saneamento disse que também partilhavam da mesma preocupação no tocante ao piso e que podiam, junto com os serviços, fazer um esforço para que a empresa procedesse ao tapume no rasgo que estava na estrada, de forma às pessoas não se sentirem tão lesadas no seu percurso.-----

----- Quantos aos passeios, e no que era do seu conhecimento, informou que tinham sido feitos passeios na EN 109, que estava relacionado com a passagem do saneamento nos terrenos de pessoas particulares e de resto não tinha mais nenhuma informação acerca disso. -----

----- Autorizada a intervenção, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que, quanto à limpeza da praia, explicou que a Câmara Municipal tinha feito um protocolo com a associação de concessionários que se chamava “Praia a salvo” para que eles assegurassem a limpeza, pese embora, com o co-financiamento da Câmara, não sendo isso competência da Autarquia. Explicou que a limpeza é uma obrigação dos concessionários, que assumem por obrigação, mas que a Câmara também tinha ajudado na limpeza, pois entendiam que não deviam apenas ser os concessionários a arcar com esse custo, dado que outras pessoas na Freguesia e no Concelho também vivem um pouco da imagem do areal da Praia. -----

----- Informou ainda que a Câmara Municipal tinha feito uma candidatura ao PROMAR que tinha sido aprovada, e contemplava, entre outras coisas, uma máquina de limpeza de areias e um tractor. -----

----- Quanto à escola de Mira, informou que o que tinha sido feito tinha sido uma candidatura ao QREN – Eixo 3, Acções de Valorização do Litoral, que tinha sido financiada 85% da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconstrução. Depois foi feita uma candidatura, que tinha sido aprovada no dia 26 de Maio de 2011, ao LEADER da Ad Elo, num montante de 97.000,00€, cujo concurso esteve lançado na Plataforma *Vortal*. Já tinha sido adjudicada a uma empresa vencedora, estava para celebração de contrato e dentro em breve iriam ter um Museu “diferente”, pois não seria um museu de peças mortas, estáticas, seria sim, um conceito diferente desse, do território da Gândara.-----

----- No respeitante ao Campo de Tiro informou que o mesmo estava parado, o motivo avocado era a “falta de pagamento (porque estava suspenso) ao empreiteiro, por parte da Câmara”. Explicou que o problema era o seguinte: “*a obra estava contemplada no plano Territorial de Desenvolvimento, como obra prioritária, da região*”. Os deputados presentes e que faziam parte da CIM – BM sabiam que era um projecto regional, tinha sido contratualizado pela Comunidade Intermunicipal com o QREN, como prioritário, mas lamentavelmente depois da obra em curso, quando saíram os regulamentos do Programa Operacional de Valorização do Território, o regulamento não contemplava o Campo de Tiro. O Sr. Secretário de Estado do Desporto deslocou-se a Mira, para uma alteração regulamentar, tinha-se “discutido” entre o QREN + Centro e o Sr. Secretário de Estado para se perceber quem tinha de proceder à alteração regulamentar no momento. Estava agendada para a próxima semana uma reunião como Sr. Secretário de Estado da Economia, Dr. Almeida Henriques, onde iriam tentar perceber quem é que iria fazer a alteração regulamentar para que a obra fosse enquadrada. Como a obra não podia estar concluída física e financeiramente, adoptou-se uma postura de suspender a obra para não continuar a criar encargos financeiros. Informou ainda que estavam executados mais de 60% da obra, a obra física estava praticamente toda executada, faltava o “recheio” que não era colocado com receio de furto e de vandalismo. Informou que a obra estava protegida com um sistema de videovigilância.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à alimentação escolar, informou que o ano lectivo tinha começado dentro da normalidade possível, com um entrave na questão da Praia de Mira, devido ao “alvorço” que se tinha gerado. Em termos de professores explicou que tinha havido uma redução de mais de 40 professores do Agrupamento de Escolas de Mira, fruto da reorganização de horários, havia uma falta de professores que tinha que ser compensada.-----

----- Quanto aos apoios sociais, informou que a Câmara de Mira tinha resolvido reforçar os mesmos, havia um regulamento de complemento de apoio às famílias que estava em apreciação pública até dia 6 de Outubro. Relativamente às Auxiliares de Acção Educativa, nunca seriam as desejáveis, mas considerava que estavam muito acima daquilo que a Lei determinava e da média nacional. Nesse aspecto, Mira não podia ter problemas de apoio em termos da escola. Relativamente às AEC's informou que já tinham começado, dentro do prazo definido pela Lei. Em termos de refeições escolares, a empresa estava a começar bastante bem, sem reclamações e continuavam com a fruta escolar.-----

----- Quanto ao saneamento informou que sempre que eram feitas candidaturas do saneamento, do ciclo urbano da água, não podia ser contemplado fazer tapete na rua, a única coisa que era contemplada era a reposição da faixa cortada. Informou que havia sido aprovada há uns dias, uma alteração ao regulamento do QREN, nomeadamente a mobilidade urbana onde constavam intervenções do saneamento para reperfilamento de vias, podia haver intervenção, ou seja, a Câmara iria poder fazer, onde tinha havido intervenção do saneamento, um reperfilamento de via, através de uma candidatura para alcatroamento. Explicou que não podia ser feito agora porque a Câmara não tinha isso contemplado no seu orçamento, nem tinha essa obra prevista.---

----- Quanto ao rasgo ao longo da via, tinha de ser repostado e era uma obrigação contratual da empresa.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A sessão foi suspensa para intervalo era cerca das 18:48h e retomada pelas 19:10h.-----

----- O **Sr. secretário Calisto Coquim** solicitou aos grupos municipais se queriam sugerir algum deputado para a mesa, dado que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Professor Fernando Regateiro, tinha telefonado a avisar que de todo não poderia estar presente na sessão, por motivos profissionais. -----

----- Sendo que nenhum grupo municipal sugeriu um deputado, o Sr. Secretário Calisto Coquim, informou a Bancada Municipal do PS que tinha que nomear um deputado.-----

----- No uso da palavra, o Sr. deputado Carlos Monteiro indicou a Sr.ª deputada Vera Manco.---

----- **PERIODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro** -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, em representação do Executivo, e começou por apresentar a situação económica e financeira, que lhes dava a informação das taxas de execução orçamental, da despesa, da receita, das actividades de maior relevância e o plano plurianual de investimento. Relativamente às taxas de execução global da despesa, disse que rondava os 30,9% e na despesa podia ver-se que havia um decréscimo significativo da mesma, no tocante a pessoal e na aquisição de bens e serviços em relação ao mesmo ano de 2010. Na receita, a taxa global de execução era de 33,6% e em relação ao ano anterior tinham um decréscimo nos impostos directos, essencialmente à custa do imposto único de circulação, do IMT e SISA. Nos impostos indirectos, loteamentos e obras, havia também decréscimos, assim como na venda de bens e serviços correntes, a diminuição da receita, que também estava relacionada com o parque de campismo que este ano tinha dado menos receita do que nos anos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores, não falando das transferências correntes e das transferências de capital que também tinham diminuído. -----

----- Reportou-se ao endividamento líquido e, no momento, o que era mais relevante, era que o mesmo tinha ultrapassado o limiar do endividamento. Informou que “hoje” o endividamento já não era o mesmo, era uma questão de balanço contabilístico, que evidentemente não os deixava de preocupar, mas no momento podia dizer que o endividamento já era menor, andava à volta de 5.745.000,00€ assim como o endividamento a longo prazo que andava à volta dos 2.744.000,00€ porque já tinham pago cerca de 300.000,00€ de amortizações e juros.-----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou por se referir ao endividamento líquido da Câmara Municipal que andava sempre na “linha de água”, era uma situação delicada, que era preciso estar atento por razões de acautelamento, sobretudo nos tempos que corriam. Era do conhecimento de todos que a previsão económica do próximo ano era de uma recessão que poderia ultrapassar os 2,5%, que num concelho como o de Mira não se sabia o reflexo disso. Seguramente que a execução do orçamento do presente ano espelhava um conjunto de contradições que precisava de ser resolvida no orçamento do próximo ano e isso estava patente no presente relatório. -----

----- Disse que o orçamento não podia ser um conjunto de números lançados para depois lidar dentro deles, mediante as vontades de momento. Referiu que os 19 milhões que tinham sido orçamentados, desde o início que referia que eram excessivos e que o orçamento tinha que ser mais realista e, mais uma vez, as taxas de execução vinham provar que tinham razão quando se referiam a isso.-----

----- Era preciso ter mais cuidado, uma vez que o orçamento era organizado por via das taxas de execução serem maiores, porque senão não valia a pena fazerem orçamento.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Considerou que o Executivo tinha uma “carta-branca” para poder fazer o que lhes apetecia porque o orçamento estava muito além de qualquer limite. -----

----- Era preciso que se fizesse um esforço maior para que cada um dos órgãos, e todos, pudessem cumprir as suas obrigações. -----

----- Relativamente ao detalhe e estrutura do relatório, o mesmo tinha melhorado significativamente, mas havia uma questão importante, relativamente às intervenções dos serviços e nomeadamente nas obras, as despesas ficavam diluídas por departamentos, serviços e divisões, mas relativamente a algumas obras específicas não se sabia exactamente o que era, qual era a obra, mas isso era genérico para todas. Faltava dizer quais. -----

----- Fazer um esforço para que se possa perceber, “onde” em que locais físicos e em que momentos das empreitadas ou das obras ou dos esforços das divisões, as coisas tinham sido feitas, porque isso é que fazia sentido, senão dava a ideia de que era uma repetição de um conjunto de frases que depois, no ponto de vista quantitativo ou de observação, nem sequer a Assembleia podia acompanhar. -----

----- Ainda, uma última questão que abordou: referiu que vinha aí uma reforma administrativa para os municípios e isso iria alterar todo o quadro em que funcionavam, não sabia qual era o futuro do município nem das freguesias, deixando essa preocupação à mesa, para que um dia pudessem sentar-se todos para falar nisso. -----

----- Tinha sido publicado o livro verde, as intenções do governo quanto ao municipalismo e a forma como se iriam organizar, e era importante que tivessem uma palavra a dizer. -----

----- Prosseguindo, usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e disse que comungava com as palavras do Sr. deputado José Garrucho, pois novos tempos se aproximavam e a questão de alteração das estruturas municipais e do poder local era tema importante para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

debater. Também estavam disponíveis para que, de forma construtiva, comesçassem a verificar de que forma é que poderiam potenciar o Concelho de Mira, que acima de tudo era um Concelho extremamente rico, pelo menos em valores das pessoas.-----

----- Seguidamente reportou-se ao ponto em apreciação e, ao verificar o relatório, disse que vinha fazer alguns comentários abonatórios à forma como o mesmo vinha sendo feito e apresentado, mas que estava na altura de evoluírem para um patamar diferente, pois o relatório enfermava de algo que era extremamente importante, que eram as linhas directoras e um plano estratégico da própria Câmara Municipal, porque ao lê-lo, se dessem aquele relatório a alguém que não estivesse na actividade iria ficar um bocado perplexo porque de facto havia actividades que apesar de serem importantes acabavam por não ser relevantes para esta situação, passando a explicitar: “ao ler o relatório aparece-me aqui entradas e saídas de materiais diversos; conferir facturas; limpar e aspirar viaturas; configuração de impressoras; pedir *tonners*; mudança de *tonners*; apoio ao correio electrónico”, apesar de serem todas tarefas muito meritórias, julgava que isso não entraria nesse ponto e não lhes permitiria aferir no fundo sobre a situação financeira da Câmara. Disse que eram actividades meritórias, mas o relatório devia, acima de tudo, e pegando na sugestão que comungavam também, no caso das obras em curso, era uma forma da própria Câmara divulgar o que fez, aquilo que pretendia fazer e não fez porque o contrato programa por algum motivo não tinha ficado, digamos um verdadeiro relatório de gestão. Disse que acima de tudo no relatório deviam ter, estruturalmente, o que a Câmara pretendia e depois dar conhecimento prévio das situações.-----

----- Sobre a questão da orçamentação e da execução orçamental, sabiam que muitas vezes a Câmara se socorria de um mecanismo legal, que passava por ter a capacidade de poder alocar algumas verbas à execução das obras. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Considerou que deviam reflectir no aspecto das receitas, nomeadamente “*as vendas de investimento/outros bens de investimento ou receitas de um caso concreto*”, “*exploração de receitas de um parque de campismo*”, “*deveria pensar-se que elas entroncam nas contingências da conjuntura actual, económica, política e social do país, mas também equacionar como é que o Município podia reverter este tipo de situações*”. Questionou se o Executivo já se tinha interrogado porque é que as receitas tinham diminuído no Parque de Campismo, seria porque a oferta não estava de acordo com as expectativas das pessoas que o visitam? Considerou que era necessário analisar a questão numa situação mais estrutural do que meramente focalizada no tempo. Estas contingências e a conjuntura não era a melhor, mas tinham que verificar em que ponto é que podiam e deviam rebater as situações, pois se a oferta começava a ficar carenciada de uma oferta de qualidade, as coisas podiam não ter reflexo nesse ano mas podiam ter nos anos seguintes.-----

----- Independentemente dos condicionalismos que haviam na execução das obras, tinham que pensar o seguinte: “*as obras dos bungalows da Praia de Mira já se prolongavam há muito tempo. A questão concreta da casa das máquinas era uma questão que já devia estar acautelada há mais tempo, agora há uma causa efeito imediata ou algum atraso, mas de facto há que repensar que muitas vezes durante a execução das obras tem que haver aqui uma interactividade maior e uma fiscalização maior em termos dos serviços da Câmara, porque o que me parece aqui é que a obra avançou, com planeamento de execução de forma muito lenta*”. Recordou que naquela Assembleia, já em mandatos anteriores, o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que era o mesmo cidadão que estava presente no momento, até dizia que iriam comemorar a passagem de ano nos bungalows da Praia de Mira, nesse ano. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, cingiu a sua intervenção à estrutura das receitas e da taxa de endividamento, disse que não iria pegar muito por aí, porque as coisas não deviam ser analisadas quando começavam, mas sim quando acabavam, e a Câmara Municipal iria naturalmente ter isso em consideração e nessa altura estariam a cumprir. Disse que o que o preocupava era não vislumbrar algumas medidas que estruturalmente pudessem modificar “este estado de coisas” porque, de facto, isso vinha de forma cíclica e acabavam por estar a fazer “operações de cosmética” e as medidas estruturais não se vislumbravam. -----

----- Deixou ainda uma sugestão ao relatório, para que ele comesse a consagrar mais os aspectos de gestão e não evidenciasse tanto os aspectos “administrativos e meramente de expediente”. -----

----- Reportou-se à página 8, na Divisão Administrativa e Jurídica, passou a ler “apesar das vicissitudes que temos à “custa” de alguns sacrifícios pessoais, procurar dar satisfação à maioria das solicitações”, referiu que aquilo deveria ser o “*modus operandi*” de qualquer pessoa que estava ao serviço da causa pública. -----

----- Foi dada a palavra à bancada do PS e entrevistou o **Sr. deputado Carlos Nora**, que começou por elogiar o trabalho do relatório, via-se que havia uma tentativa de melhorar de maneira a elucidar a Assembleia sobre a actividade financeira da Câmara. Relativamente ao endividamento da Câmara, questionou se a situação estava devidamente acautelada e se no final do ano não se iria verificar essa questão. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, em representação do Executivo, que começou por se reportar ao endividamento líquido. O que constava no relatório reportava a 31 de Agosto e naquela data já era diferente, também relativamente ao endividamento de longo prazo a 31 de Agosto era mais elevado, mas já tinha havido amortização da dívida em relação a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esses empréstimos que rondava mais ou menos os dois milhões e setecentos mil euros. Relativamente ao endividamento líquido seria mau se não baixasse e contavam, até ao fim do ano, arrecadar receitas de financiamentos já aprovados, dando como exemplo, a primeira fase do saneamento, iniciativas de valorização do litoral, clube náutico, sinalética, zona industrial pólo II (pavimento e electricidade) e o Pólo Educativo e algumas reprogramações de obras que tinham concluído. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, que começou por se dirigir aos Srs. deputados Carlos Nora e Juan António, e disse que sendo eles de áreas financeiras, compreenderiam que a gestão financeira era feita diariamente. Disse que as receitas estavam comprometidas e acauteladas em mais um milhão e meio de euros que o Governo estava a dever, consequência de projectos financiados, à Câmara Municipal. Depois explicou que, tendo a Câmara Municipal margem de manobra suficiente, um milhão de euros de endividamento a longo prazo, conseguia-se ter o endividamento líquido abaixo do que estava. Disse que não valia a pena nos relatórios preliminares estar com ficcionamentos, tinham que ser honestos e transparentes com os Srs. deputados e não esconder realidades que depois vinham ao de cima e que, obviamente, a 31 de Dezembro a situação estaria perfeitamente controlada. -----

----- Referiu que as taxas de execução poderiam ficar descontroladas se de uma forma ilusória aumentassem taxas de execução; se aumentassem as taxas de execução, fazendo obras sem terem salvaguardadas as receitas, porque algumas das receitas correntes diminuiriam com os cortes das transferências de FEF e algumas das receitas próprias diminuiriam fruto da crise (por exemplo, alvarás de loteamentos). Referiu que a taxa de execução, não sendo brilhante era uma taxa de execução realista para manter as finanças minimamente controladas. Disse que não podia esquecer que alguns deputados que criticavam já tinham defendido que “*nem eram contra*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se fizesse obra, ou melhor que se endivide, desde que seja para fazer obras estruturantes”.

Portanto para investir em saneamento, em obras estruturantes, valia a pena correr o risco de andar na “linha de água”, o que não podia deixar passar é que passassem uma hora “antes da ordem do dia”, e sugestões para combater essa situação “zero”, pedidos de obras e pedidos de intervenções eram vários. Disse que só via propostas para aumentar a despesa: “fazer um Concelho mais bonito, mais ajardinado...” mas para equilibrar as contas, “quais?”. -----

----- Cortes às câmaras, livro verde às câmaras, tudo bem, mas onde estava a reclamação pelo corte das competências que as Câmaras cada vez mais assumiam, sem ter as devidas contrapartidas financeiras, porque o que ia acontecer seria munícipes passarem a dirigirem-se às Câmaras a pedir para serem resolvidos problemas que não estavam na esfera da competência da Câmara, nem das Juntas de Freguesia, mas sim, em esferas de competência “mais acima”. -----

----- Propôs ao Sr. presidente da Assembleia Municipal em Exercício que, numa conferência de líderes, de uma vez por todas, lhes dissessem o que queriam que fosse alterado no relatório, que lhes apresentassem uma linha orientadora para o relatório. Os serviços estavam dispostos e disponíveis para fazer o melhor relatório possível, para dar toda a informação aos Srs. deputados, pois custava tanto fazer “aquele” relatório, como fazer um diferente. -----

----- Quanto às receitas do Parque de Campismo, um dos motivos, devia-se ao mau tempo, tinha sido um Verão atípico. -----

----- Depois, em relação à pista ciclo pedonal, disse que: “*nós olhamos para o “rasgo” da pista*”, as pessoas que vinham de fora olhavam para o “resto” da pista, porque todos os que estavam a fazer “Eco Rias” para o lado de Aveiro, vinham ver o exemplo de Mira e vinham bater palmas a Mira, ainda que a mesma não estivesse como desejavam. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Pediu que olhassem para o relatório, comparando-o com períodos homólogos, para que se percebesse o esforço que o Executivo fazia em “conter” despesa para não deixar dívidas aos vindouros. O endividamento bruto vinha sempre a descer, sempre a pagar empréstimos e não a contrair mais. O endividamento líquido que andava na “corda bamba”, mas sempre abaixo do limiar (e os limites tinham baixado), pois estava abaixo quase um milhão de euros. Despesas com pessoal a baixarem galopantemente, assim como com bens e serviços. Parecia que quem recebia palmas era quem fazia muita coisa e não quem se preocupava com a dívida, e o que não podiam era *“apanhar “pancada” por não fazer e pancada por ter dívida”*. Isso é que não podia acontecer, senão tinham que tomar uma opção estratégica de, ou fazer mais, ainda que seja fazer melhor, mas também tinham que ter uma opção estratégica e, aqui, em termos de gestão orçamental, as taxas de execução não eram brilhantes. Explicou que o Executivo preferia deixar portas abertas para que se executasse e ter taxas de execução mais baixas, do que fechar portas e depois não poder reagir. Ainda, relativamente às páginas 24 e 25 do relatório, disse que os gráficos lá apresentados, não eram os relatórios que os deixavam felizes mas, no entanto, pensava que eram gráficos que mostravam que tinham uma “gestão ao cêntimo”, uma gestão de procurar manter as coisas controladas. O que não podiam responder é que uma candidatura ao ciclo urbano da água no valor de 1.850.000,00€ demorasse três anos a ser aprovada e executada financeiramente, pois isso desgovernava toda uma casa. Informou que estavam agora a começar a receber dinheiro de candidaturas, como por exemplo, o saneamento da Pescanova, de Portomar – Casal Sobreiro, etc., explicou que teve que haver muito esforço financeiro da Câmara não fazendo outras obras para conseguir fazer isto. Disse que os cortes aos Municípios, um dia teriam que ser aceites pelos municípios, deixando de ser menos voluntaristas e também ter um corte nas competências, pois não podiam os municípios continuar a assumir



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências, a dar a cara perante as populações e o Governo cortar as verbas que lhe eram devidas por direito; pois, cada vez mais, tem de dar a cara diante os cidadãos perante competências que não eram suas e tinham que se responsabilizar por elas.-----

----- Usou da palavra o **Sr. Secretário Calisto Coquim** e, na qualidade de presidente da mesa, disse que como a mesa tinha sido instada a tomar uma posição, no caso concreto não se justificava uma conferência de líderes, solicitando que fizessem somente a sugestão, que estava aberto às sugestões, considerando que faria mais sentido que cada grupo municipal chegasse à Assembleia ou directamente à Câmara com sugestões concretas de melhoria da apresentação do relatório. No entanto, como presidente em exercício, disse que, de facto, o tipo de relatório em causa teria que ser mais para apresentação a uma administração que precisava de saber quais são os grandes eixos, para onde ia e ver as grandes actividades, se eram cumpridas ou não, ver as grandes contas. Considerou que as pequenas coisas eram necessárias, mas para um acto de gestão normal, havia conteúdo do relatório em que não seria necessário que a Assembleia viesse a ter conhecimento, a não ser que fosse algo relevante. -----

----- Interveio o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que disse que subscrevia a intervenção do Sr. presidente da mesa. Disse que estavam ali para debater e os respectivos grupos parlamentares tinham posições, não tinham que fazer o debate fora da Assembleia para depois chegar e apresentar as coisas concluídas. O contraditório era a essência da democracia e era por ali que tinham que ir e não andar a fazer arranjinhas, o que fazia sentido era fazer o contraditório. -----

----- Relativamente às questões do relatório, disse que havia pequenas coisas que não faziam sentido, era preciso perceber que havia obras estratégicas e havia dimensões estratégicas que deviam ser trazidas à Assembleia e era sobre elas que queriam conversar e debater. Referiu-se à



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

última página do relatório, página 50 no ponto 3.3.2, onde tinham uma amostragem das nacionalidades que visitaram o parque de campismo. Tinha 7381 visitantes nacionais e 541 visitantes não nacionais, sendo a grande maioria deles europeus. Por exemplo, de nacionalidade francesa tinham 196 cidadãos que tinham visitado e que tinham ficado instalados no nosso parque de campismo. Como o Município tinha uma gemação com uma cidade francesa, porque não potenciar do ponto de vista do investimento, pois o Município de Mira era um Concelho que queria ser turístico. Porque não potenciar essas ligações que tinham com a referida gemação e comunidade de emigrantes para promover a vinda dessas pessoas, utilizando os recursos de alojamentos que tinham, nomeadamente o parque de campismo que na época de verão era óptimo que fosse utilizado. -----

----- Dado que a Câmara Municipal tinha conseguido o direito de superfície do parque de campismo do antigo FAOJ, que iria passar a ser mais um instrumento de promoção de turismo e do acolhimento dos não residentes, seria importante que tivessem uma estratégia política do Executivo para valorizar estes recursos e para promover a imagem do nosso concelho muito para além das nossas fronteiras, porque o que verdadeiramente importava era que viessem outras pessoas de fora, investir. -----

----- Disse ainda que indicadores como, por exemplo: quais os visitantes não residentes em Mira que ficavam alojados nas unidades hoteleiras; em que medida é que a população do Concelho aumenta durante a época balnear; qual seria o rácio relativamente à população residente normal na época balnear; que tipos de reforços a nível de segurança; etc, pois se não tinham esses indicadores no relatório, iam buscá-los onde? Eram estes tipos de indicadores de que necessitavam. A vida social estava espelhada no relatório, onde? Era isso que importava. ---



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto às condições políticas sugeridas pelo Sr. Vereador Miguel, relativamente ao apoio e propostas da Assembleia Municipal para melhorar o funcionamento e o apoio político ao Executivo, era verdade que a Assembleia não vinha a fazer propostas de como se devia fazer para suprir algumas dificuldades, por exemplo, as que a gestão do governo nacional lhes constrangia com as transferências de verbas e outras coisas, mas também era verdade que o Executivo Municipal nunca tinha vindo à Assembleia Municipal pedir esse apoio.-----

----- Seguidamente interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que começou por dizer que tinha ficado perplexo com a explicação do Sr. Vereador Miguel Grego, pois o mesmo não tinha ouvido correctamente ou então ele não se exprimia correctamente. Disse que não tinha falado dos “números”, até tinha passado por cima deles, e compreendia. Disse que na própria explicação do Sr. Vereador tinha dado razão àquilo que ele estava a dizer e o Sr. Presidente da mesa em exercício tinha sintetizado aquilo que havia dito. Tinha dado contributos e tinha dito aquilo que achava importante e até tinha deixado a “porta aberta” para que o Município tivesse esclarecido algumas situações. -----

----- Referiu, em nome pessoal, ter ficado perplexo por dois motivos: disse não ser político, não vivia da política e gostava igualmente do Município. Disse que sempre que lhe foi permitido na sua esfera de actuação profissional, tinha encaminhado alguns processos e projectos para Mira, fê-lo de forma desinteressada e nunca teria recebido da parte do município (referindo-se ao actual elenco), qualquer tipo de situação ou de abertura nesse particular. Reforçou, que sempre que lhe era permitido reforçar o Concelho, divulgava. Disse que todos tinham de ter a capacidade que muitas vezes falhavam, que estavam muitas vezes atentos ou muitas vezes dispersados no foco de atenção para determinados produtos. Disse que com mérito e com trabalho, os técnicos da Câmara e a Câmara tinham sido pioneiros e até motivo de referência, no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tocante à execução da pista pedonal. Referiu que ficava grato e contente por ver que outros municípios “copiavam” o trabalho de Mira, mas ficava triste por ver que eram ultrapassados. Havia o aspecto paisagístico mas havia também o aspecto da manutenção, a obra tinha sido feita, mas por inércia, dificuldades financeiras ou por falta de atenção e algum descuido, estava em degradação. -----

----- Sobre o contributo do PSD, disse que tudo o que já tinha dito era mais que suficiente e à Câmara competia-lhe gerir essa situação, se precisassem do apoio do PSD, nunca o haviam negado. -----

----- Usou da palavra seguidamente o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e relativamente ao relatório disse já tinha sido dito na sessão aquilo que devia constar ou não. Quanto a ele, aquilo que considerava que estava a mais, simplesmente dava mais um “clique” no rato e passava à página seguinte. A única preocupação que tinha era de que quem estava a fazer o relatório podia estar a fazer alguma coisa de mais útil. Era certo que havia informação que estava a mais no relatório, mas também não achava preocupante estar, portanto facilmente poderiam ultrapassar essa questão.-----

----- Reportou-se ao associativismo, dada a sua ligação ao mesmo, pois como era do conhecimento geral, era presidente do Clube Domus Nostra, que tinha um pavilhão próprio. Disse que lhe custava ver o que constava na página 44 da ocupação do pavilhão Municipal. Como era lógico, nada tinha contra o Lagonense, mas gostaria que esse problema fosse colocado à Câmara e que fosse revista a utilização do pavilhão entre as associações, que era sinal que havia mais actividades. O que era certo é que ele, enquanto presidente do Domus Nostra sabia o quanto custava a manutenção de um pavilhão a nível mensal, e olhando para o relatório constava que das 22,5h de utilização semanal, 16,5h eram do Lagonense, que dava uma



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

percentagem de 75%. Reforçou e quis que ficasse bem claro que não estava minimamente a dizer nada contra o Lagonense, e o que queria sugerir ao Executivo era que, na atribuição de subsídios (que já tardava), que fosse majorado de uma forma maior quem tinha instalações próprias. Deixou como exemplo que a conta de luz mensal do Clube Domus Nostra era 600€, pedindo que fosse tida em conta a poupança que representa para as associações que usavam as instalações públicas. Podiam perguntar porque é que o Clube Domus Nostra também não usava as instalações municipais, era óbvio que o podiam fazer, mas tinham as próprias instalações e, assim, davam oportunidade a que outros o pudessem também usar.-----

----- Deixou, por último, um reparo ao Executivo para ter em atenção na atribuição dos subsídios, para a época 2011/2012, uma majoração maior ainda do que aquela que estava presente no relatório e que se reflectisse de facto nos subsídios para quem tinha instalações próprias e para quem tinha carrinhas próprias, porque também tinham as suas despesas.-----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** que, relativamente ao relatório, questionou o seguinte: *“abriu a escola e as professoras, passados dois dias da escola abrir, perguntaram-me se a Junta não podia lá mandar o seu homem limpar a escola. É que ninguém ainda veio limpa-la. Mandeí lá o homem que tirou 6 sacos de folhas e 2 de pedras. O que acontece é que a Câmara aqui não gastou nenhum. Agora vejo aqui, na zona industrial gastou-se 618.000,00€, fez-se lá obra. Mas eu pergunto, esta obra pode ser necessária, mas eu penso que havia muito mais necessidade. A zona industrial velha, era só buracos, os passeios tinham vegetação, um desleixo de todo o tamanho, para não falar da nossa rotunda, que era outra vergonha que lá estava. Isso fazia parte do gasto. Eu pergunto assim: há dias naquele arranjo que se fez na zona industrial no parque de estacionamento, os polícias eram 12 e andavam com as motas a ir buscar os carros. Aquilo foi alugado para a polícia ter lá as*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

balanças a pesar? A Câmara ganha algum por lá estarem os polícias, fez aquele parque para eles?”. -----

----- Seguidamente interveio a **Sr^a deputada Fernanda Baptista (PS)** e, antes de iniciar a sua intervenção, pediu que ficasse registado o seu voto de melhoras do Sr. Presidente da Câmara. ---

----- Na sequência de uma notícia que vinha no Diário de Coimbra, intitulada “Câmara de Mira paga renda para distribuir refeições escolares. Executivo Camarário aprovou vários protocolos, um dos quais com a Junta de Freguesia de Carapelhos, que vai receber 250€/mês por cedência de um salão Polivalente”. Disse ter continuado a ler a notícia e o caso apresentado era uma excepção, pois havia outras instituições que cederam o seu espaço à Câmara Municipal para ATL, entre outras, e não recebiam nada por isso. Ofereciam as suas instalações gratuitamente para a Câmara dispor, para poder dar outras regalias às crianças e idosos. Os Carapelhos recebiam 250€/mês, e pediu esclarecimentos dessa situação ao Executivo, porque no relatório de contas não via essa situação explanada. -----

----- Em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que começou por se reportar ao Sr. deputado Juan António, pois se havia alguém que sempre disse que defendia as coisas com convicção e com as quais na generalidade concordavam, pese embora, depois o Sr. deputado tinha que colocar mais ênfase na parte negativa, era o Sr. deputado Juan António. Referiu, e pediu que ficasse muito claro, que nutria pelo Sr. deputado muita estima pessoal e política pela forma como quando estava no poder soube muitas vezes ser directo para com o Executivo do seu partido. Sempre reconheceu esse seu mérito político e pessoal que também lhe conhecia grandes mais-valias. -----

----- Continuou, dirigindo-se ao Sr. deputado Juan António e disse que o mesmo era político (apesar do mesmo não se considerar como tal) e ele reconhecia-lhe grandes valências políticas,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois era um cidadão activo e era isso que era ser político. O Sr. Vereador disse considerar-se tão político como o Sr. deputado, pois ambos eram eleitos pela *polis*, políticos activos e interventivos. -----

----- Continuou que era verdade quando o Sr. deputado disse que nunca tinham negado o apoio. Disse ter pena que a bancada do Partido Socialista não tivesse referido claramente algumas das posições hipócritas de algumas bancadas que diziam “*o projecto é bom, mas nós vamo-nos abster, porque o PS tem poder e aprova sozinho*”. Disse que isso era “regatear” o apoio, pois quando o projecto é bom, vota-se a “favor”, quando era mau votava-se “contra” e tinha presente vários casos, o Sr. deputado tinha sido dos poucos que tinha votado contra a disciplina de voto do seu partido, em que regatearam apoio, abstiveram-se, “lavaram as mãos como Pilatos” e hoje andavam de mãos dadas com esses projectos, a bater nas costas aos promotores desses projectos. Portanto, o facto de dizerem: “*venham cá pedir que nós ajudamos*” era falso, de forma repetida e reiterada. Em grandes projectos estruturantes o PSD votou contra ou absteve-se, pedindo que lhe dissessem um em que tivessem votado favoravelmente, que ele dizer-lhe-ia dez. Desde armazéns de apoio à lota até ao clube náutico. -----

----- Relativamente à pista, que era uma das poucas a nível nacional com aquela tipologia, disse que não estava em condições, como desejariam, mas mesmo assim, reconheceu que era ali que deviam dizer que não estava nas melhores condições, mas “lá fora” que dissessem com o Executivo que era o melhor do Concelho. -----

----- Reportando-se seguidamente à intervenção do Sr. deputado José Garrucho, disse que a Lei 169/99 tinha que ser lida, a Lei das Competências e Atribuições, porque o Sr. deputado estava a pedir ao Executivo algo que não era da sua competência, nomeadamente o relatório que tinha que apresentar não era aquilo que os Sr. deputados estavam a pedir. O relatório de indicadores



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

macroeconómicos e afins, não era isso. Não poderiam querer colocar no relatório de actividades do município, por exemplo “uma análise dos turistas que nos visitam”, entre outras coisas. Informou que estavam a fazer um levantamento, não só no parque municipal, mas em todos os parques de campismo. -----

----- Ainda quanto aos “pedidos de ajuda”, disse que não havia formalismo legal para a Câmara pedir essa ajuda. Por vezes, gostariam de ver discutidos, por todas as bancadas, por exemplo problemas como “o novo cemitério de Mira; a integração ou não de águas em alta e em baixa”, esses problemas eram aqueles que o Executivo precisava da ajuda dos deputados. Sugeriu que os Srs. deputados suscitassem o debate previamente e depois o Executivo pronunciava-se. -----

----- Continuando, dirigiu-se ao Sr. deputado Paulo Grego, relativamente à atribuição de subsídios explicou que ainda não propuseram, nem o fariam, enquanto não pagassem tudo aquilo que estava em dívida. -----

----- Relativamente à majoração não estava no relatório, mas no âmbito da qualidade tinham o levantamento feito. Informou que se os Srs. deputados entendessem ser benéfico quanto exactamente é que davam em géneros ao Lagonense, aos Bombeiros, à Associação da Valeirinha, à Casa do Benfica, que eram os que estavam como utilizadores, tinham o relatório feito no âmbito do SIADAP. Se entendessem que seria cordial dizer, dir-lho-ia, eram montantes avultados. -----

----- Quanto à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho, questionou-o em que dia teria sido realizada a limpeza, porque a Sra. professora tinha entrado na escola 15 dias antes e não tinha comunicado à Câmara que lá estava lixo, mas no presente dia, já tinha comunicado que havia um problema com uma virose ou algo que estava a criar uma infecção na pele das crianças e pediram para mudar a areia. Disse que se tivessem sido alertados, como aconteceu com outras



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escolas que solicitaram, também teriam ido aos Carapelhos como sempre foram quando eram chamados.-----

----- Referiu-se seguidamente ao Pólo II e explicou que tinham financiamento do QREN e no Pólo I não tinham, era esse o motivo. Questionou porque é que os empresários do Pólo I, juntamente com a Associação Empresarial, não se juntavam todos para fazer um condomínio industrial, ou por exemplo, também os empresários do Pólo I e a Associação Empresarial em conjunto se colectassem para serviços colectivos para actividades como a segurança. Era muito mais fácil “sacudir a água do capote” e pedir à Câmara, pese embora, fosse verdade que a estrada e passeios estavam miseráveis. -----

----- Quanto à ocupação da GNR, informou que não ganhavam percentagem.-----

----- Reportou-se seguidamente à intervenção da Sra. deputada Fernanda Baptista e disse lamentar a notícia que tinha saído no Jornal. Referiu que assim que soube quem tinha sido o jornalista que tinha escrito a notícia, julgava que fosse a “dizer mal” da Câmara. Naquele dia de manhã, disse ter falado com a directora técnica da Associação e depois tinha tido a oportunidade de ligar ao Jornalista. Para que ficasse tudo muito claro, a notícia saiu porque o assunto foi a reunião de Câmara em minuta, e era de domínio público e o Jornalista tinha acesso aos assuntos. A notícia, ao contrário do que lhe tinha dito a técnica, era verdadeira. Agora cada um fazia a sua interpretação. Informou que era completamente contra a que as crianças fizessem as refeições na sala de aula e que pelas crianças fariam todos os sacrifícios e a única oportunidade tinha sido negociar com a Junta de Freguesia de Carapelhos a cedência do espaço. Informou ainda que este ano nem tinha havido negociação, tinham somente mantido o protocolo. Toda a situação estava expressa nos protocolos, embora não estivessem discriminados no relatório de contas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO DOIS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento Municipal do Complexo Desportivo de Mira.**-----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, em representação do Executivo, e começou por informar que por deliberação da Câmara Municipal de 9 de Junho, tinha sido aprovado o projecto do Regulamento do Complexo Desportivo de Mira e também deliberado submeter o mesmo projecto à apreciação pública pelo período de 30 dias, tendo esse prazo acabado no dia 8 de Setembro do presente ano. No âmbito da apreciação pública, tinham sido apresentadas algumas melhorias em alguns artigos do regulamento. Face à inexistência de um regulamento que disciplinasse de um modo global a utilização do complexo desportivo era importante fazê-lo, suprimindo dessa forma uma lacuna já existente. Sendo certo que a utilização das instalações do Complexo Desportivo Municipal podia desempenhar um papel importante na promoção das relações sociais, no seu convívio e melhoria de vida dos seus utilizadores, assim importava regulamentar a utilização dessas instalações desportivas, como a Piscina, o Pavilhão Municipal e o Estádio Municipal e estabelecer um quadro legal de orientação, procurando harmonizar com a realidade legislativa, económica, social e factual. Por uma questão de simplificação de matérias, as taxas a cobrar estavam estabelecidas no regulamento de taxas e outras receitas do município.-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou por dizer que o projecto de regulamento do Complexo Desportivo de Mira era uma situação de que todos se deviam orgulhar. Significava duas coisas essenciais, sendo a primeira o facto de terem já um complexo desportivo e a segunda o facto de o quererem regulamentar. Significava que Mira tinha espaço e equipamentos que permitissem a prática desportiva, que obviamente devia ser



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incentivada e regulada. Estavam diante de um regulamento que não dizia politicamente o que o Executivo permitia fazer para a promoção dessa prática, percebia-se que estava presente alguma disponibilidade para fazer algumas coisas, como por exemplo, nas acessibilidades. Referiu já uma vez ter feito uma intervenção no propósito de potenciar a prática desportiva para pessoas com mobilidade condicionada. Reportou-se principalmente ao art. 21º do regulamento do Complexo Desportivo Municipal, e solicitou que o referido artigo não fosse apenas um apoio à resolução de algumas dificuldades, mas simplesmente que fosse levado às últimas consequências, eliminando completamente todas as barreiras arquitectónicas que inviabilizam o acesso às pessoas com mobilidade condicionada. Referiu ter ficado muito contente com o artigo 21º e disse esperar que o Executivo fosse muito além e que interpretasse de uma forma completamente abrangente o referido artigo 21º. Quanto ao restante referiu que apoiariam a proposta. -----

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** interveio e começou por dizer que se congratulava por haver um Parque Municipal Desportivo que, muitas vezes, potenciava a divulgação e a prática de algumas actividades, dando como exemplo a realização de um torneio destinado aos escalões mais jovens, estádio esse e o relvado que tinha sido muito elogiado pela organização, tinham percebido a lacuna dos balneários. Disse esperar que, dentro das restrições orçamentais e constrangimentos, se pudesse mais rapidamente dotar aquele espaço de instalações. A câmara municipal tinha sido muito elogiada pela organização, mas tinham sido tecidos alguns comentários menos elogiosos a alguns funcionários que não estiveram ao nível do serviço prestado pela Câmara Municipal, porque de resto tinha sido tudo exemplar. -----

----- Reportando-se ao art.11, “prioridades preferenciais”, questionou se havia algum protocolo de preferência celebrado com o Ala-Arriba quanto à cedência de espaço, embora tenho estado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no domínio público não sabia se havia algo que pudesse colidir, sendo que não conhecia o protocolo, ficando assim um alerta, se estava salvaguardado nesse aspecto para que não viesse a existir alguma falta de rigor. -----

----- Em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. vereador Miguel Grego** que começou por dizer que a questão do Ala-Arriba estava salvaguardada, informou que os respectivos corpos directivos tinham tido uma reunião com a Câmara no sentido de, durante a discussão pública, verem essa questão claramente esclarecida.-----

----- Quanto ao torneio, explicou que o que se passou já estava a ser averiguado, não era um funcionário municipal, tinha sido alguém que tinha aparecido antes da chegada do funcionário municipal e, efectivamente, tinha prestado um mau serviço, uma má imagem. Isso ia ser tido em conta, eram situações que não podiam acontecer. -----

----- Quanto às acessibilidades que entroncavam directamente nas duas únicas intervenções que estavam a prever para os espaços desportivos, no momento tinham três necessidades prementes: no que dizia respeito ao pavilhão, era a cobertura que carecia de reparação; na piscina eram as unidades de aquecimento, pois eram um grande encargo para a autarquia e, quanto ao estádio municipal que não tinha condições de acessibilidade, iria ser submetido a uma obra de recuperação dos balneários, pois entendiam que não havia condições. O que estava previsto inicialmente (uma grande obra de balneários com bancadas), no momento era desajustado com a realidade.-----

----- A assembleia deliberou **por unanimidade e aclamação**, aprovar, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Regulamento Municipal do Complexo Desportivo de Mira.-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** disse que a sua declaração de voto estava relacionada com a salvaguarda dos protocolos assumidos com as entidades, mas tendo sido elucidado pela Câmara, por isso votava favoravelmente. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES** -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **munícipe António Gonçalves**, residente em Portomar na Rua da Cavada. Disse ter feito uma casa, que terminou em 2009, altura em que tinha tido a licença de habitabilidade. A casa tinha ficado com a necessidade de alguns arranjos exteriores. Para seu espanto, disse que ele que não era proprietário do espaço exterior, que tinha que fazer um requerimento à Câmara para fazer os arranjos desses mesmos espaços. Julgava que os técnicos da Câmara, após emitirem uma licença de habitabilidade se dirigissem ao local para aferir da necessidade de arranjos exteriores. Disse que fez o requerimento para procederem aos arranjos, esteve mais de dois anos à espera que lhe fizessem o primeiro arranjo, que tinha sido um alcatroamento de um pedaço que lá tinha ficado, o mesmo tinha sido feito em Agosto do presente ano. O alcatroamento foi feito e ele próprio, ao dar a volta em cima do alcatroamento com o carro, danificou-o. Para além disso, disse que lhe haviam ido levar 5 paletes de pavé para que o próprio, em espaço que não era dele, fizesse as obras de pavimentação dos passeios. Questionou se era ele que tinha que fazer essas obras e com ele estava presente uma vizinha que também estava exactamente com o mesmo problema. Eram os munícipes que tinham que fazer obra pública no que não era sua propriedade? Questionou. -----

----- Os trabalhos continuaram e, autorizada a intervir, usou da palavra a **munícipe Sr.ª. Maria de Lurdes Mesquita** que começou por dizer que tinha uma propriedade na “Aboboreira” onde tinha sido feito o depósito Camarário. Disse que a Câmara tinha depositado entulho na sua propriedade, que era pinhal, e tinham tapado um marco. Informou que se tinha dirigido ao local



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e tinha sido informada pelos funcionários que lhe iriam limpar o entulho. Informou que o marido tinha sido informado por um funcionário Camarário de que, para o entulho ser de lá retirado, tinha de fazer um pedido. Questionou se era possível que tivessem colocado o lixo no terreno dela e agora terem os proprietários de pedir para procederem à limpeza. -----

----- No sentido de responder às questões dos Múncipes, usou da palavra o **Sr. vereador Miguel Grego**, em representação do Executivo, que começou por se reportar à intervenção da Múncipe Sr.^a Maria Mesquita, solicitando-lhe o contacto e a localização do terreno, e disse que ele próprio faria questão de ir ao local com os técnicos para aferir da situação exposta. No entanto, questionou a Múncipe, se tinha sido a Câmara ou não a vazar o entulho na propriedade da Sra.. Informou ainda a múnice que, se tivesse sido a Câmara lá a vazar o lixo, garantidamente o entulho era retirado de imediato. -----

----- Interveio também o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** complementando a informação do Sr. Vereador Miguel Grego, para dizer que ainda há bem pouco tempo tinham nas “Aboboreiras” um espaço em que eles próprios tinham retirado o lixo que lá estava, admirando-se que tivessem sido os serviços lá a depositar o entulho. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o **Sr. Vereador Manuel Martins** reportou-se à intervenção do Múncipe António Gonçalves e explicou que relativamente aos arranjos exteriores (passeios), era prática e já desde o anterior Executivo, que havia um compromisso da Câmara em relação aos múnices no fornecimento de pavé e lancil para os próprios utilizarem para fazerem os passeios em frente às suas casas, com o acompanhamento da fiscalização da Câmara. O que era sempre dito aos múnices era que, dentro do possível, forneciam o material e tudo o que fosse mão-de-obra tinham que ser os próprios múnices a realizar. Essa era a regra e era aplicada em todos os casos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguiu-se o **Sr. Vereador Miguel Grego** para esclarecer e, perante o pedido expresso de alguns munícipes que queriam mais rapidamente fazer os seus passeios, havia a “parceria” em que a Câmara fornecia o material e o munícipe realizava o trabalho, mas não era obrigação dos munícipes fazerem a obra. No entanto, se assim não fosse, tinham que aguardar que a Câmara pudesse fazer o serviço, o que levava mais tempo a concretizar.-----

----- Recordou, para que ficasse bem claro, que não havia tratamento discricionário e nem esquecimento de que ainda haviam casas licenciadas sem estrada alcatroada. Eram questões internas dos serviços que por vezes não eram bem organizados, também tinha que dizer, e depois ao fazer à pressa os trabalhos eram mal feitos, como parecia ter sido o caso. -----

----- Quis que ficasse bem claro quando se dizia “que se faz a alguns de forma diferente”. Quanto às obras no largo da Feira em Portomar, explicou que o único trabalho que foi feito tinha sido em domínio público, que tinha sido fazer um passeio, que foi um compromisso por se ter cortado o muro e a pessoa ter dado terreno. Estava a falar na parte posterior ao Columbódromo, tinha sido o único sítio no Largo da Feira em Portomar. Sabia que, na opinião do munícipe, tinha havido outra situação, mas explicou que o que tinha havido tinha sido um rebaixamento no lancil porque, no projecto de arranjo do Largo da Feira, tinham-se esquecido de um terreno que era urbano e não tinham feito passagem rebaixada e assim que o referido terreno passou a ter uma casa teve que se fazer o rebaixamento do passeio.-----

----- Usou novamente da palavra o **munícipe António Gonçalves** e disse que também ele tinha cedido terreno ao domínio público e o serviço que lhe tinham prestado tinha sido uma vergonha.

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** e mencionou que já tinha sido assumido que o alcatroamento estava mal feito e também que era verdade a cedência de terreno ao domínio público, daí o compromisso da Câmara para alcatroar. Reforçou que era prática dos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviços cederem o material e os munícipes fazerem a obra, sempre com o fiscal de obras a ir ao local fazer o alinhamento do passeio. -----

----- O **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, depois de encerrados os trabalhos, deixou um voto de rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa, colocou à votação a aprovação da minuta da acta, sendo **aprovada por unanimidade**. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e cinquenta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

